

LETRAMENTO LITERÁRIO NO CONTEXTO DE PRIVAÇÃO DE LIBERDADE

Darlene Rodrigues de Freitas (UFNT)
darlene.freitas@ifma.edu.br

RESUMO

Considerando a diversidade de expressões assumidas pelo termo letramento, este trabalho de pesquisa faz uma abordagem sobre o letramento literário, em específico, no âmbito carcerário, em referência ao Projeto Remição pela Leitura que objetiva viabilizar a remição da pena por estudo prevista na Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Tendo em vista a relevância das práticas de leitura nos ambientes familiar, acadêmico, social e laboral, este trabalho tem como objetivo principal, discorrer sobre o letramento literário e o modo como a leitura é significada no processo de ressocialização do sujeito presidiário, buscando compreender se essa política de estudo ameniza os impactos do aprisionamento, possibilitando-lhe vislumbrar um futuro sem grades. Com o intuito de justificar a base teórica, apresenta-se um resumo com alguns excertos do livro “Memórias de um sobrevivente” do ex-presidiário Luiz Alberto Mendes que descreve o processo de sua formação como leitor cuja obra foi publicada em 2001 quando o autor ainda se encontrava encarcerado. Fundamentando-se teoricamente pela perspectiva bibliográfica, realiza-se uma abordagem qualitativa sustentada por livros e artigos que dialogam com o tema em questão. A proposta de trabalhar o letramento literário na temática da relação entre literatura e leitor apenas torna-se relevante tanto no âmbito acadêmico, teórico, quanto do ponto de vista social em virtude de seu discurso exercer uma influência marcante na sociedade brasileira em relação à leitura

Palavras-chave:

Letramento. Letramento literário. Privação de liberdade.

ABSTRACT

Considering the diversity of expressions used by the term literacy, this research work approaches literary literacy, especially in the prison spot, referring to Remição pela Leitura Project which aims to make the remission of the sentence possible by studying provided for in the Federal Law No 12.433, June 29th, 2011. In order to consider relevant reading practices in family, academic, social and labor environments, this work has as main goal to discuss literary literacy and the way reading is signified in the process of resocialization of the prisoner, trying to understand whether this study policy mitigates the impacts of imprisonment, allowing the prisoner to glimpse a future without bars. In order to justify the theoretical basis, a summary is presented with some excerpts from the book “Memórias de um sobrevivente” by Luiz Alberto Mendes, an ex-convicted from the Brazilian prison system. His writing describes the process of formation as a reader whose work was published in 2001 when the author was still incarcerated. Theoretically based on the bibliographic perspective, a qualitative approach is carried out supported by books and articles that dialogue with the theme in question. The proposal to work on literary literacy in the theme of the relationship between literature and justice convicted reader becomes relevant both in the academic,

theoretical, and social point of view due to this discourse exerts a marked influence on Brazilian society in relation to reading.

Keywords:

Literacy. Literary literacy. Literature in prison.

1. Introdução

A valorização da leitura como competência cultural é fundamental para a vida em sociedade, haja vista que a escrita permeia as mais diversas atividades desempenhadas cotidianamente. A fim de se compreender como a escrita perpassa as ações ao longo da existência, recorre-se aos estudos do letramento que teorizam os conhecimentos veiculados pela escrita e a maneira como a leitura e a escrita são articuladas pelas práticas sociais, isto é, o modo como elas são utilizadas para a comunicação, bem como para o relacionamento com outras pessoas, dentre outros encaminhamentos que regem a vida.

Estudiosos das mais diversas áreas têm se engajado em pesquisas que objetivam aprimorar, analisar, refletir sobre as habilidades de leitura e escrita de uma determinada comunidade. A variedade de estudos nesta área possibilitou concepções distintas acerca do letramento. Enquanto para alguns, ser uma pessoa letrada significa decifrar códigos e símbolos e poder transcrevê-los, para outros, assinar seu nome completo já garante a condição de ser letrado (Cf. TERRA, 2013). Sendo assim, a variedade de pesquisas com interesses diversos no que concerne ao letramento originou o termo “letramentos” que abrange diferentes áreas do conhecimento, tais como: letramento acadêmico, letramento social, letramento digital, letramento político, letramento racial, letramento midiático, entre outros.

Nessa direção, faz-se necessário compreender o letramento como prática social. Street (2014) aborda os modelos autônomo e ideológico de letramentos, contudo, privilegia o ideológico, em virtude desse modelo destacar a relevância da socialização no processo do letramento, tendo em vista que sua relação com as experiências de leitura e escrita leva em consideração tanto a historicidade quanto a transculturalidade de forma individual. Desse modo, enquanto o modelo autônomo é centrado no sujeito e, especificamente, em sua habilidade de uso do texto escrito, o modelo ideológico, além de considerar a escola, inclui outras instituições sociais como a família e a comunidade em geral. Assim, o autor rejeita a visão dominante do letramento como uma tarefa simples de aprender a ler e escrever e propõe práticas de letramentos imbricadas em ideologias

que envolvem relações de poder, hierarquia e controle nas quais se amalgamam a teoria, a pesquisa e a política.

Nessa perspectiva, torna-se relevante ressaltar a relação entre a linguagem e o poder, ao cogitar que apenas uma parcela dos sujeitos de uma determinada comunidade, geralmente a minoria, tem acesso à variedade linguística chamada padrão, legitimada política e economicamente a partir de tradições culturais como representante oficial no que diz respeito à forma e conteúdo. “Assim como o Estado e o poder são apresentados como entidades superiores e ‘neutras’, também o código aceito ‘oficialmente’ pelo poder é apontado como neutro e superior, e todos os cidadãos têm que produzi-lo e entendê-lo nas relações com o poder” (GNERRE, 2003, p. 9). Ao determinar o código a ser reproduzido, o Estado não pondera a desigualdade de acesso a esse código oficialmente legitimado. Portanto, um quantitativo considerável de pessoas permanece à margem da sociedade, discriminados pelas normas estabelecidas em nome da pedagogia dominante.

No Brasil, a conceitualização de letramento e alfabetização se funde e se confunde. Essa fusão conceitual é observada a partir de produções acadêmicas, mídia, censos demográficos (Cf. SOARES, 2004). Concernente às produções acadêmicas, os primeiros escritos associam alfabetização e letramento: Tfouni (1988/1995); Rojo (1998); Kleiman (1995); Soares (1998). Tais escritas fazem uma aproximação entre os termos, seja para apontar diferenças ou para contrapor os conceitos. Soares define a relação entre alfabetização e letramento como “necessária e até mesmo imperiosa”, pois tal relação “acaba por diluir a especificidade de cada um dos dois fenômenos” (p. 8). Embora o debate acerca do termo letramento esteja atrelado ao termo alfabetização, Soares (2004) observa que o conceito de letramento tem prevalecido e, como consequência disso, ocorre um apagamento do conceito de alfabetização. Referindo-se à mídia, a autora sinaliza que esta, assume e divulga um conceito de alfabetização bem próximo ao conceito de letramento. No que concerne ao censo demográfico, a referida autora menciona que há uma extensão progressiva do conceito de alfabetização em direção à conceitualização de letramento: “do saber ler e escrever em direção ao ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita” (p. 7), apesar dessa evolução acontecer cautelosamente.

Continuando nessa linha, os estudos de Kleiman (1995) confirmam a teoria que define o sujeito leitor não apenas como alguém que sabe ler e escrever, mas utiliza-se de práticas sociais que requisitam o uso

dessas habilidades. Fundamentando-se nos estudos de Street acerca dos modelos de letramento, o posicionamento da autora consiste em defender o modelo ideológico por apresentar objetivos mais significativos que impulsionam o ato de pensar e repensar o fazer pedagógico, haja vista o caráter social da leitura e da escrita e a diversidade cultural imbricada nessa prática. Baseando-se em estudos comparativos entre grupos letrados e não letrados, Kleiman (1995) assegura que o modelo ideológico de letramento inclui as classes minoritárias devido às práticas de letramento realizadas no âmbito externo à escola. Ao associar o letramento à cognição, a autora adverte que esse tipo de comparação pode propiciar argumentos para uma suposta segregação, contudo, não há como ignorar o poder transformador da escrita, que reconhece a supremacia cognitiva do sujeito que possui tal habilidade.

Nesse sentido, o interesse do presente trabalho de pesquisa consiste em abordar o letramento literário, especificamente, na comunidade carcerária no que concerne ao Projeto Remição pela Leitura que tem como objetivo, viabilizar a remição da pena por estudo prevista na Lei Federal nº 12.433, de 29 de junho de 2011. Considerando a importância das práticas de leitura no contexto de ressocialização do sujeito apenado, exemplifica-se tal relevância a partir da apresentação do livro “Memórias de um sobrevivente” que descreve o processo de formação do leitor encarcerado Luiz Alberto Mendes.

Embora aconteça por motivos diferentes, a atividade de pesquisa científica torna-se indiscutivelmente relevante para os sujeitos envolvidos no processo, a saber, professor, aluno, comunidade e universidade. O ensino eficaz se dá através da prática contínua da pesquisa; a aprendizagem significativa depende da pesquisa para alcançar um resultado satisfatório; os produtos do conhecimento ofertados à comunidade ocorrem mediante pesquisa; através da atividade de pesquisa, a universidade age como intermediadora da educação (Cf. SEVERINO, 2017). Portanto, o sucesso das atividades de ensino e aprendizagem se encontra intrinsecamente conectado ao processo da pesquisa científica.

Nesse panorama metodológico, este trabalho se fundamenta pela perspectiva da pesquisa qualitativa mediante revisão bibliográfica à luz dos escritos de autores portadores de vasta experiência na referida área, cujas obras já comprovaram valor literário no cânone do letramento literário. Tais autores fornecem sustentação teórica no dialogismo com o letramento literário no âmbito de privação de liberdade, em conformidade com a proposta desta atividade de pesquisa.

2. *Letramento literário*

Compondo a pluralidade do letramento, encontra-se o letramento literário, considerado como uso social da escrita. Identificado por Cosson (2014a) como prática de leitura, o letramento literário possibilita uma espécie de apropriação da literatura pelo sujeito leitor que constrói e reconstrói os sentidos, trocando e preservando-os tanto no âmbito individual como social. Desse modo, muito além de uma habilidade de leitura de textos literários, o letramento literário consiste em construir sentidos a partir da apropriação da literatura. Logo, ao evidenciar a natureza dialógica da leitura como prática social de produção de sentidos, historicamente sedimentada, compreende-se, a partir de Cosson que essa construção acontece por via humana, haja vista que “ler não tem contra indicação [*sic*], porque é o que nos faz humanos” (COSSON, 2014a, p. 179). Recorre-se também a Cândido (2011), que percebe a eficácia da literatura no processo de humanização, possibilitando um certo equilíbrio entre homem e sociedade, considerando que “toda obra literária é antes de mais nada uma espécie de objeto, de objeto construído; e é grande o poder humanizador desta construção, enquanto construção” (CÂNDIDO, 2011, p. 179). Todorov (2010) corrobora tal ideia da leitura como construção humana quando relata que a literatura tem o poder de proporcionar sensações imprescindíveis, capazes de transformar o mundo real em um lugar mais bonito e com plenitude de sentido. “Longe de ser um simples entretenimento, uma distração reservada às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano” (TODOROV, 2010, p. 24). Dessa forma, a literatura permite a descoberta de nós mesmos e de nossa participação como seres sociais.

A literatura nos diz o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos. E isso se dá porque a literatura é uma experiência a ser realizada. É mais que um conhecimento a ser reelaborado, ela é a incorporação do outro em mim sem renúncia da minha própria identidade. No exercício da literatura, podemos ser outros, podemos viver como os outros, podemos romper os limites do tempo e do espaço de nossa experiência e, ainda assim, sermos nós mesmos. (COSSON, 2014b, p. 17)

O autor apregoa que a literatura possibilita uma reelaboração de conhecimento e, mais além, possibilita a incorporação do outro em nós, sem que precisemos renunciar à própria identidade. Assim, esse encontro com a subjetividade proporcionado pela literatura, fomenta a vivência de sentimentos e emoções ao integrar contextos diversos que atuam, reflexivamente, no processo de compreensão de mundo, levando-nos à humanização, tendo em vista que o texto literário, além de expressar o que realmente somos, consegue intervir em nossa formação.

Ao apresentar a fábula do imperador chinês, Cosson (2014b) mostra as três maiores dificuldades concernentes ao letramento literário: arrogância, indiferença e ignorância. Segundo o referido autor, torna-se prática cada vez mais comum pensar o ensino de literatura nas escolas como um saber dispensável. Alguns, os arrogantes, não valorizam a aprendizagem da literatura pelo fato de já dominarem o conhecimento que lhes é necessário. Considerada como um simples “apêndice da disciplina Língua Portuguesa” (COSSON, 2014b, p. 8), a estrutura curricular é generosa quando determina uma aula semanal para os estudos literários. Outros, os indiferentes, são conscientes da falta de conhecimento em relação à literatura, contudo, pensam que o custo-benefício não é proporcional ao esforço a ser empreendido no processo de aprendizagem. Cosson classifica a terceira dificuldade do letramento literário como ignorância. Os ignorantes têm o desejo ardente do letramento literário, entretanto, essa meta se torna inatingível, seja pela forma como lhes é apresentada, seja pela carência de referências culturais, o universo literário se torna impenetrável, misterioso. Para estes, a poesia é vista “como um amontoado de palavras difíceis” (COSSON, 2014b, p. 9), e fazer distinção entre os discursos de realidade e os discursos de ficção torna-se uma tarefa quase impossível.

A possibilidade de coadunar o verbo ‘descobrir’ à ação do letramento literário é considerada extremamente relevante em virtude de se compreender que o processo de formação do leitor literário se transforma em uma jornada de descobrimentos e, tais descobertas, levam ao letramento de forma prazerosa, tendo em vista que o ato da leitura consiste em “interrogar as palavras, duvidar delas, ampliá-las. Deste contato, desta troca, nasce o prazer de conhecer, de imaginar, de inventar a vida (Cf. YUNES, 1995). Nessa direção, ao consultar pesquisadores contemporâneos sobre o letramento literário, as ideias convergem no sentido de que se deve sair do tradicional que considera a leitura apenas como uma atividade, abandonar as perguntas formais de interpretação de textos, ato contínuo, explorar a subjetividade do leitor. Rouxel defende essa teoria de prática de leitura que envolve o sujeito por inteiro. “É o leitor que completa o texto e lhe imprime sua forma singular” (ROUXEL, 2012, p. 278). A autora concebe o investimento subjetivo do leitor como uma necessidade funcional da prática de leitura literária.

Essa necessidade nos faz adentrar o universo literário e, o contato com a arte literária provoca um encontro com multiplicidade de opções que só a linguagem pode oferecer. Fazer uso da palavra escrita de um texto literário é um modo singular de ocupar o espaço da linguagem, pois

a “palavra literária guarda todos os sonhos do homem ao mesmo tempo que nos diz que nenhum sonho é impossível de ser sonhado” (PAULINO; COSSON, 2012, p. 92). Ou seja, concede o direito de exercitar a linguagem a fim de se alcançar o estado de contemplação. Assim como a atividade de flutuação permite contemplar toda a beleza aquática submersa em reservas fluviais, desde que se faça uso de equipamentos apropriados, o exercício literário possibilita a contemplação para além da materialidade física, garantindo uma identidade cultural própria, especialmente se esse público leitor que se dedica à contemplação literária é um sujeito apenado, alguém privado de liberdade para quem a literatura “oferece um espaço de liberdade que não é possível encontrar em outro lugar” (PAULINO; COSSON, 2012, p. 97).

3. *A Leitura no contexto de privação de liberdade*

Percebendo o direito humano sob a ótica de Cândido (2011) como tudo aquilo que é indispensável à vida humana, logo, compreende-se que a leitura, já inserida na cultura como direito constitucional, é algo indispensável à formação do ser humano. A partir dessa proposição, concebe-se a leitura como um direito extensivo a todos, o que inclui a população carcerária, igualmente.

Além de ser um direito de todos, a leitura tornou-se, também, uma prática de todos. A Sociologia da leitura, Horellou-Lafarge & Segré (2010), descreve o ato de ler como uma atividade naturalizada pela rotina tanto quanto comer, beber ou dormir. Conforme a citada Sociologia, as atividades de leitura são tão indispensáveis quanto essas práticas cotidianas descritas. O livro, atualmente, pode ser encontrado nos supermercados, feiras, lojas de conveniência, pizzarias, brechós, academias de ginástica, tornando-se um produto de massa, mercadológico. Segundo as autoras, essa diversidade de acesso indica que a leitura se transformou em uma prática de usos e conteúdos sociais diversos:

Existe hoje uma profusão de textos para ler. As incessantes novidades oferecidas pelas editoras acumulam-se sem deixar às vezes, mesmo ao leitor eventual o tempo de ler, de imergir-se no texto, de esquecer-se na leitura ou de saboreá-la. Uma leitura expulsa a outra. O “é preciso ler” repetido nem sempre é convincente, nem acompanhado de efeito porque o gosto pela leitura é frequentemente rebelde, nem sempre se curva às injunções dos especialistas atilados ou às incessantes seduçções publicitárias. A leitura continua sendo uma prática sempre errante e incontrolável. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 148)

A partir da concepção de que a leitura cria uma dimensão nova, proporciona um resgate de humanização, reintegra a pessoa que se viu retirada de sua condição de liberdade, oferece uma chance de conhecer a si mesmo e de se reencontrar com sua dignidade e ensina o leitor a conhecer e conviver com as diferenças do outro, acredita-se na prática de leitura no cárcere como uma possibilidade de transformação, tendo em vista que a leitura tem a capacidade de causar uma expansão mental na vida do sujeito leitor, segundo o escritor Menalton Braff:

Alguém que seja leitor tem essa vantagem sobre o não leitor porque ele tem uma noção de mundo, o conhecimento de outros países através da leitura. Mas, a leitura também proporciona o conhecimento do outro, o conhecimento da sociedade, [...] A leitura cria essas possibilidades de expansão da mente, de aumento dos conhecimentos, mas, acima de tudo, a leitura proporciona também o conhecimento de si. Uma pessoa que tenha passado pela leitura, sobretudo a literatura, tem um conhecimento do comportamento em geral [...] muito mais afinado, muito mais próprio do que a pessoa que não lê. (BRAFF, 2021)

Nesse contexto, a prática da leitura no cárcere tem uma grande relevância para a comunidade reclusa, assim como é importante para a comunidade em geral, haja vista que o Projeto Remição pela Leitura, bem como outros projetos de leitura promovidos pelas universidades, pode contribuir de forma significativa a fim de que a tão sonhada ressocialização seja uma possibilidade. Sobre esse poder que a literatura possui, lê-se:

A literatura pode muito. Ela pode nos estender a mão quando estamos profundamente deprimidos, nos tornar ainda mais próximos dos outros seres humanos que nos cercam, nos fazer compreender melhor o mundo e nos ajudar a viver. Não que ela seja, antes de tudo, uma técnica de cuidados para com a alma; porém, revelação do mundo, ela pode também, em seu percurso, nos transformar a cada um de nós a partir de dentro. A literatura tem um papel vital a cumprir. (TODOROV, 2010, p. 76)

Dando sequência às ideias do escritor búlgaro Todorov (2010) que convergem com as concepções de outros teóricos no sentido de pensar a literatura como um bálsamo, um refrigerio ou mesmo um exercício para a alma, naturalmente chega-se à conclusão de que o ato da leitura consiste no caminho mais fácil para o conhecimento de si mesmo e do outro. “Sendo o objeto da leitura a própria condição humana, aquele que a lê e a compreende se tornará não um simples especialista em análise literária, mas um conhecedor do ser humano” (TODOROV, 2010, p. 92; 93). Assim sendo, conhecer, humanizar, expandir, emancipar são verbos que configuram degraus de uma escada que, possivelmente, levará o sujeito

leitor encarcerado à transformação de si mesmo, o que, possivelmente também, contribuirá para a transformação do outro.

Desse modo, ao fazer uso de os verbos conhecer, humanizar, expandir, emancipar, percebe-se que a leitura vai muito mais além do entretenimento cultural. Sendo assim, verbos como imaginar, viajar, voar, transportar, libertar são experienciados pelo leitor em suas essências ao ponto deste se esquecer, ainda que temporariamente, de sua condição de recluso em uma cela com 20 pessoas que tem a capacidade para comportar apenas a metade deste número e murmurar da maneira como o fez o Primo Levi: “Por um momento, esqueci quem sou e onde estou.” (LEVI, 1988, p. 116).

Assim, intensificando sua busca por mais oportunidades de liberdade proporcionadas pela imersão nos livros, o leitor que é privado de liberdade inicia um processo de transformação. Involuntariamente, vai mudando a fala, o comportamento, a postura física e social. De acordo com Yunes (1995), o ser humano tende a repetir as experiências que lhe causam satisfação em detrimento daquelas que o reprimem, afastam, reduzem. Conforme a autora,

O ato de ler é um ato da sensibilidade e da inteligência, de compreensão e de comunhão com o mundo; lendo, expandimos o estar no mundo, alcançamos esferas do conhecimento antes não experimentadas e, no dizer de Aristóteles, nos comovemos catarticamente e ampliamos a condição humana. Esta sensação de plenitude, iluminante, ainda que dolorosa e aguda tem sido a constante que o discurso artístico proporciona. Diante de um quadro, de uma música, de um texto, o mundo inteiro, que não cabe no relance do olhar, se condensa e aprofunda em nós um sentimento que abarca a totalidade, como se, pela parte que tocamos, pudéssemos entrever o não-visto e adivinhar o que, de fato, não experimentamos. (YUNES, 1995, p. 185)

A fim de enriquecer toda essa teoria com uma dose a mais de pragmatismo, introduz-se a história de vida de Luiz Alberto Mendes narrada através do livro “Memórias de um sobrevivente”: Luiz era filho de um alcóolatra que o espancava brutalmente sempre que chegava em casa bêbado. Apesar do alcoolismo e do constante desemprego em razão do vício, seu pai não admitia a prática de roubos e furtos do filho, logo que ficou claro para a família o comportamento desonesto de Luiz. Com menos de catorze anos, Luiz Alberto deu a primeira entrada no juizado de menores, como eram denominados os estabelecimentos de atendimento socioeducativos. Fez amizades com alguns meninos que reencontraria em outras casas de detenção em um futuro não tão distante. Assim, participou de um plano no qual facilitou a fuga dos companheiros, entretanto,

não conseguiu fugir. “(...) choveram socos e pontapés em cima de mim. Gritava e pulava, tentava escapar (...), à vista dos dois funcionários, os maiores me bateram até que desmaiasse (...). Acordei numa enfermaria. Tudo dóia” (p. 28). Depois de passar dez dias na enfermaria, Luiz voltou para o alojamento, decidido: “Enfrentaria a surra de meu pai. Ia doer, arrancar a pele, mas eu aguentaria e ficaria em casa. Queria trabalhar, ter o meu dinheiro, ter minha cama para dormir, comida e... minha mãe!” (p. 29). Desse modo, dias depois retornou para casa. Em conversa com os pais, ficou decidido que o filho iria trabalhar. Rapidamente, seu pai conseguiu um emprego para ele numa fábrica de porcas. Após algum tempo no trabalho, Luiz começou a observar a abertura do cofre da empresa e na primeira oportunidade, fez a tentativa e conseguiu. Roubava uma nota de cada maço para não despertar suspeitas e logo elaborou um outro golpe para roubar a empresa mais ainda: o funcionário pedia um vale, Luiz roubava do cofre o recibo que comprovava a entrega do valor ao funcionário. Logo, o trabalhador recebia o salário integral e o valor que não havia sido descontado era dividido entre os dois. A primeira vez o golpe foi realizado com três torneiros, a segunda vez com oito trabalhadores e esse número crescia a cada mês. O gerente desconfiava, todavia, não tinha provas para acusá-lo, assim, oito meses depois da admissão, por falta de provas do golpe, Luiz Alberto Mendes foi demitido por roubar cigarros. Passou a frequentar o centro da cidade, integrou-se a uma turma de jovens infratores que também eram viciados em drogas, e iniciou o uso de drogas pesadas.

Dentre inúmeros furtos e roubos, Luiz aceitou o convite para passar a noite no apartamento de um homossexual. Esperou que o parceiro dormisse, só então, “(...) fechei-o no quarto e fui vasculhar o apartamento. Juntei rádio, faqueiro de prata, máquina fotográfica, toca-discos, cassetes de ouro e um porta-jóias com correntinhas de ouro e anéis com brilhantes, além de dois relógios de pulso” (p. 55/56). Além disso, levou roupas e uma caixa de aço, pesada, trancada, que parecia um cofre. Havia muito dinheiro estrangeiro na caixa. Vendeu toda aquela mercadoria roubada que rendeu muito dinheiro, contudo, em poucos dias já não restava mais nada, pois compartilhava com os infratores da Galeria e da praça. Logo foi apanhado pela polícia numa ação de roubo, na rodoviária. Levado à delegacia, desconfiaram que ele cometera o roubo do apartamento: “Então, você é o Luizinho, né? Foi você quem roubou o apartamento daquele veado na alameda Northmann!” (p. 59). Luiz replicou que não, só batia carteiras e que havia muitos Luizinhos por lá. E, nessa ocasião,

Luiz Alberto enfrentou a primeira, de muitas, sessões de tortura no pau de arara:

Despiram-no inteiramente. Passaram panos, tipo faixa, pelos meus braços e pernas. Estávamos em uma sala minúscula [...]. Enquanto amarravam-me feito um porco, já comecei a chorar [...]. Passaram um cano de ferro por trás de meus joelhos. Quando ergueram o cano, fiquei pendurado nele feito um frango assado. [...], observei-os desenrolando fios de uma pequena máquina com uma manivela. Amarraram os fios em meus dedos do pé. Já ouvira falar que era assim, mas nada me preparou para o que veio a seguir. Quando o tira girou a manivela [...], tudo repuxou. [...]. Quanto maior a rapidez com que se girasse a manivela, o choque elétrico ficava mais intenso. Eu berrava [...], o desespero me fez perder a noção de tudo, era insuportável. [...] trouxe um pedaço de pau cuja ponta era redonda e cheia de furinhos. [...] Ele erguia a palmatória bem alto, com as duas mãos, e com toda a força arriava-a na sola de meus pés. [...] Era um estilhaçamento, desintegração da carne dos pés e dor nos ossos, qual não houvesse carne protegendo-os. Gritei, mesmo sem voz, do fundo do estômago. E deve ter sido um grito tão poderoso que já, de imediato, atocharam uns panos com gosto de óleo e terra em minha boca. (p. 59)

Essa sessão de tortura funcionava como investigação. A polícia queria saber para quem foi vendida a mercadoria roubada, todavia, Luizinho não delatou seus companheiros. Disse que um malandro tomara tudo dele no centro da cidade quando tentava vender a mercadoria, fornecendo características físicas e nome fictícios. No dia seguinte houve mais uma sessão de tortura, porém, não houve delação. Luizinho passou dez dias na cela da delegacia e foi conduzido ao juizado de menores, novamente. Tentou fugir, mas ocorreu uma torção no tornozelo ao pular do telhado, assim, foi apanhado e o espancaram em excesso para, em seguida, colocarem-no em um quatinho escuro. No dia seguinte foi levado à enfermaria, onde passou três dias e depois foi levado de volta ao alojamento, permanecendo ali por alguns dias antes de ser conduzido de volta para casa.

Dona Eida, sua mãe, quando o viu, começou a chorar, sem acreditar no que via. Seu filho havia crescido, estava magro e muito, maltratado. “Quanta emoção em seus olhos, quanta devoção! Choramos juntos, abraçados, por longos momentos. Por ela, eu tentaria novamente. Enfrentava meu pai, desse no que desse” (p. 73). Ao chegar do trabalho, o sr. Luiz, seu pai, ficou surpreso com a presença dele, mas não havia raiva em seu olhar, apenas tristeza. “Você sabe que os donos da loja queriam que eu pagasse o que você roubou? Você sabe quantas noites sua mãe chorou por você? Você acha que ela merece isso?” Luizinho respondeu que não e prometeu conseguir outro emprego e ficar em casa para sempre.

Não tardou muito, conseguiu outro trabalho como *office boy*, foi conquistando a confiança da chefia aos poucos, desse modo, aprendeu o trabalho contábil e, solicitadamente, ajudava na contabilidade sempre que o volume de trabalho crescia. Assim, descobriu a combinação do cofre, tirou cópia da chave de acesso e ficou aguardando o momento certo para agir. “Numa sexta-feira em que vi o cofre abarrotado de dinheiro (...), quando todos saíram para almoçar, me escondi dentro de um armário (...). Joguei numa pasta os maços de dinheiro (...) e fiquei esperando abrir o escritório”. (p.79). Após esse roubo não houve mais volta ao passado, volta para casa ou para sua mãe, a única pessoa de quem sentia saudade. Luiz Alberto se entregou totalmente a uma vida de crimes, consumo de álcool, drogas, sexo livre.

Como possuía um fascínio por tudo que era proibido e errado, Luizinho, à proporção que crescia, arraigava-se mais e mais na lama da criminalidade, da miséria humana. Em virtude de compartilhar o dinheiro com a turma ao patrocinar bebidas, drogas, roupas, comidas, o valor não demorava acabar, então, Luiz voltava à prática de roubos e furtos para conseguir mais. Dessa forma, era apanhado pela polícia com muita frequência, e logo ficou conhecendo outros tipos de aprisionamento, sendo que alguns destes locais, ele frequentou várias vezes seguidas. Foi conduzido ao temido RPM – Recolhimento Provisório de Menores; ao Instituto de correção de Mogi-Mirim; ao DEIC – Departamento Estadual de Investigações Criminais; à Casa de Detenção, popularmente conhecida como Carandiru e, finalmente, à Penitenciária do Estado de São Paulo, onde cumpriria a pena de 30 anos pela morte do guarda noturno e outras condenações que excediam o número correspondente à média da expectativa de vida. Luiz Alberto Mendes sofreu tortura física e emocional em todos esses locais de detenção. Após a série de roubos a estabelecimentos, que culminou no homicídio do guarda noturno, preso na Casa de Detenção, ele narrou:

Apanhei, apanhei, chorei, implorei que me matassem mas que não me batassem mais. Defequei, urinei, involuntariamente, a sala ficou a maior fedentina. Passaram minhas fezes em minha boca e batiam, batiam, sem parar, sem dar descanso. As pernas doíam como se o cano estivesse entrando nelas. O choque me chacoalhava todo e com o tempo foi deixando de fazer efeito. Quando perceberam que, após desmaiar duas vezes, eu não reagia mais ao choque nem às pauladas nas juntas, tiraram-me do cavalete [...]. Passamos uma semana inteira subindo ao pau de arara quase todos os dias. Não suportávamos mais. Eu estava todo roxo e contundido novamente. Os pés queimados e muito inchados pelas palmatórias na sala, a cara toda quebrada, pernas fracas, mãos cheias de feridas. Eu era um traste humano. (p. 336/337).

Em fevereiro de 1973, já cumprindo pena no Carandiru, foi vítima de uma emboscada armada pelo Toninho, um pederasta inveterado que vinha tentando seduzi-lo desde sua chegada ali. “Colocou a faca na mesa e, com a maior arrogância, afirmou que eu teria que matá-lo ou deitar na cama com ele” (p. 362). Luizinho fingiu sentir mais medo do que realmente sentia e, dessa maneira, conseguiu reverter a situação tomando posse da faca. “Toninho tentou se agarrar em mim e novamente recebeu toda a lâmina no peito. Caiu, subi por cima e procurei só furar o coração. Só parei quando o vi virando os olhos, estava morrendo” (p. 362).

Transferido para a Penitenciária do Estado em 27 de abril de 1973, após as atividades de recepção de prisioneiros que eram de praxe daquela instituição, Luiz Alberto foi enviado para a cela-forte onde cumpriria uma pena de seis meses, que depois foi estendida para nove meses por determinação do diretor do DIPE – Departamento dos Institutos Penais do Estado, em razão do assassinato de Toninho, embora já houvesse cumprido sessenta dias de cela-forte no presídio anterior.

Desceram comigo ao porão, abriram uma cela-forte, mandaram que entrasse. Entrei, apreensivo, ordenaram que tirasse toda a roupa. Fiquei nu [...]. O pânico se apossou de mim. A cela estava nua como eu. Não havia nada ali. As paredes vertiam água. O chão era de caquinhos de cerâmica, geladíssimo. O tempo estava gelado, eu já tremia de medo e frio desde os primeiros instantes ali. (p. 372)

Luiz só não entrou em profunda depressão na cela-forte porque havia um sistema de comunicação com outros presos através do encanamento da privada e um dos amigos com quem ele falava ao ‘telefone’ era o Henrique, um dos maiores assaltantes de São Paulo. Henrique falava em livros, contava sobre os romances, as poesias que lera, falava de filosofia e muitas outras coisas novas para Luiz que se tornou extremamente fascinado pelas histórias e por tudo o mais que ouvia. Agora, ele ansiava sair do castigo para começar a ler as várias histórias contadas por Henrique. “Havia tanto assunto... (...). Seus conceitos de nobreza de propósitos, sua visão moral diversa daquela que aprendera no meio criminal, me falavam ao coração” (p. 380). No dia seguinte à saída de Luiz da cela-forte, Henrique lhe enviou uma pilha de livros, cadernos com poesias e textos dele, papéis, canetas, uma carta-rascunho que Luiz deveria escrever para sua mãe, conforme haviam conversado ainda na cela e uma carta do próprio Henrique. “Eu iria construir uma nova história de minha vida, doravante. Uma história mais bonita” (p. 385).

Nessa perspectiva, Luiz conversava com os vizinhos de cela que não liam e fazia uma lista de livros para cada um deles, dessa forma, eles

repassavam os livros para Luiz que sempre excedia sua cota. Dessa maneira, quando o bibliotecário passava com os livros, o faxineiro os recolhia dos parceiros e os entregava a Luiz Alberto que lia um total de quatro a cinco livros semanalmente.

Fui me apaixonando por livros. Lia, em média, oito a dez horas por dia. Comecei com os romances. Li todos os clássicos como quem devora o prato mais saboroso [...]. Não estava mais tão só, as histórias, os personagens ficavam vivos para mim num passe de mágica. Ler tornou-se um vício. Li todas as obras de Dostoiévski, Tolstói, Górkí, John Steinbeck, Cronin, Scott Fitzgerald, e livros de Guy de Maupassant, Françoise Sagan, Leon Uris, Walter Scott, James Michener, Harold Robbins, Morris West, Irving Wallace, Irving Stone, Irwin Shaw, Henry James, Stendhal, Balzac, Victor Hugo, Somerset Maugham, Virginia Woolf, Arthur Hailey, Sinclair Lewis, Henry Miller, Hemingway, Norman Mailer, Robert Ludlum etc. (p. 386)

À proporção que Luiz Alberto lia e ampliava seu vocabulário, o submundo do crime se tornava mais limitado, tão estreito que não o cabia mais. Passou a conhecer outros países, novas culturas, produzir textos, compor poesias, discutir ideias. Começou a se corresponder com pessoas de fora da prisão, assim conheceu Eneida que cursava o último ano de Letras, professora de inglês, português e era apaixonada por literatura. “A cada dia eu precisava mais dela, passei a lhe escrever cartas diárias. Eram cartas homéricas, de dez folhas ou mais, que ela respondia quase que instantaneamente e no mesmo diapasão” (p. 397). Eneida assumiu a posição de professora e orientadora de Luiz, sendo assim, questionava suas ideias de revolta, deixando-o sem argumentos. Utilizando-se de argumentação sólida e equilibrada, “em três meses, demoliu ou depreciou todos os valores que eu demorara a vida toda para construir. Quase tudo o que eu acreditava, com muita lógica, destruí, ridicularizei (...). (p. 398)

Nesse período, conheceu o Zé Carlos, um presidiário que também queria aprender e tinha curiosidade acerca das verdades existenciais. Como o Zé Carlos possuía um certo capital com sua esposa, fora da penitenciária, adquiriu os cinquenta e dois volumes da coleção *Os Pensadores*, desse modo, discutiam os pré-socráticos, Sartre, Merleau-Ponty, passando por todas as escolas filosóficas. Por esse viés, Luiz tomou a decisão drástica de jogar todo o seu passado no lixo. “Os valores de honra, dignidade e nobreza de ações, recém-adquiridos, sobrepujaram e de alguma forma mesclaram-se aos anteriores” (p. 399). Ele precisaria promover uma mudança em conformidade com os novos conhecimentos adquiridos.

Eneida, a professora que intentava se especializar em literatura, começou a estudar com profundidade os autores brasileiros, assim, passava os livros e as pesquisas para Luiz. Pesquisaram Érico Veríssimo, Jorge Amado, Mário Palmério, Machado de Assis, José de Alencar, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues, Drumond de Andrade, Mário Quintana, Vinicius de Moraes e o português Fernando Pessoa. Aos poucos, sozinho, Luiz foi se definindo pelos filósofos mais contestadores, revolucionários, então, apreciava muito a história da filosofia, assim estudava até compêndios sobre a história da filosofia, sem se importar, necessariamente, com a verdade. O que realmente importava era acumular conhecimentos, pois acreditava que isso o valorizava, destacava-o da condição de presidiário.

Nessa dimensão, compreende-se, a priori, que o confinamento simboliza a perda da liberdade, a perda dos direitos civis e políticos, entretanto, não pode, de nenhum modo, simbolizar “a suspensão dos direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à integridade física, psicológica e moral, ao desenvolvimento pessoal e social, espaço onde se insere a prática educacional” (BRASIL, 2013, p. 318).

4. Considerações finais

Dentre as várias formas de leitura definidas por alguns teóricos da área, encontra-se a leitura de mundo que é compreendida como um processo contínuo ao longo da vida. Bem além de identificar e decifrar códigos e símbolos, essa prática impulsiona o leitor, de forma gradativa e natural, a ampliar sua visão de mundo, direcionando e habilitando esse leitor a imergir nas águas profundas da subjetividade. Desse modo, mergulhando profundamente nas águas da leitura, Luiz Alberto Mendes se deixou levar pela correnteza da literatura e experienciou uma mudança completa de paradigma. O submundo do crime, bem como as relações criminosas eram por demais resumidas para caber o universo pluricultural por ele conquistado através da leitura filosófica, literária, afinal, as luzes coloridas da cidade de São Paulo, o dinheiro que comprava a felicidade traduzida em álcool, drogas, roupas de marca e mulheres tornou-se insignificante em comparação com a leitura que descortinou um mundo até então desconhecido, um pluriverso que precisaria ser conquistado e, na impossibilidade de conquistá-lo presencialmente, por que não fazê-lo através dos livros?

Ao concluir sua escrita, no ano 2000, Luiz Alberto Mendes somava quarenta e sete anos de idade e havia cumprido vinte e sete anos de pena. Nesses vinte e sete anos de reclusão, havia ficado menos de cem dias fora das grades, ou seja, os cálculos matemáticos afirmam que, em uma existência de quarenta e sete anos, em porcentagem, Luiz permaneceu 57,45% do tempo encarcerado. Nesse período e nos outros subsequentes, a leitura o ajudou a superar os horrores que envolvem a vida de uma pessoa confinada. A história de vida de Luiz Alberto Mendes e de alguns outros que descobriram um novo sentido para a vida no pós-leitura impulsiona a defesa ao Projeto Remição pela Leitura e muitos outros projetos de leitura desenvolvidos pela academia que acredita no poder transformador do letramento literário que, adequadamente utilizado, pode resgatar e/ou criar valores, até então, inimagináveis.

O epílogo do livro informa que Luiz conseguiu avançar nos estudos, já havia cursado um ano de Direito na PUC, exercia a função de professor há quatro anos no pavilhão nove da penitenciária, escrevia contos para publicação em jornais e revistas, intermediado por Fernando Bonassi, escritor do jornal Folha de São Paulo na época, criador de um projeto literário no presídio e responsável pela edição e publicação do livro aqui comentado, “Memórias de um Sobrevivente”.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de se tornar um sujeito leitor ainda que do lado de dentro dos muros de uma prisão, haja vista que a literatura ensiná-lo-á a desenvolver uma consciência crítica, tendo em vista que a educação possibilita o pensamento crítico da cultura (Cf. ARANHA, 1990). Essa criticidade, por sua vez, contribuirá com a prática de atos de responsabilidade tanto do indivíduo quanto do coletivo. Desse modo, à medida que se aprende que a educação, envolvendo a cultura e a literatura, é um direito de todos, aprende-se também que, a fim de se ter direitos, deve-se cumprir deveres.

Tendo em vista tudo o que aqui foi exposto acerca da magnitude do ato de ler e do grandioso benefício que a literatura proporciona a qualquer um que a ela se submete, incentiva-se a participação da comunidade carcerária no *Projeto Remição pela Leitura* porque, dentre todas as outras argumentações apresentadas ao longo desta pesquisa, há de se acrescentar que “vidas reclusas importam”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *Filosofia da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

BRAFF, Menalton. *Porque a Leitura Pode Resignificar a Trajetória de Vida das Pessoas*. Conferência online realizada em 05/02/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YEnv4Ww_SYk. Acessado em 14/05/2023.

BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em privação de liberdade nos estabelecimentos prisionais. *Diretrizes Curriculares Nacionais gerais para a Educação Básica*. Brasília, 2013. p. 306-37

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: _____. *Vários escritos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

COSSON, Rildo. *Círculos de leitura e letramento literário*. São Paulo: Contexto, 2014(a).

_____. *Letramento literário: teoria e prática*. 2. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014(b).

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HORELLOU-LAFARGE, C.; SEGRÉ, M. *Sociologia da leitura*. Trad. de Mauro Gama. Cotia: Ateliê, 2010. (Título original: *Sociologie de La Lecture*)

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. p. 15-61. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LEVI, Primo. *É isto um homem?* Trad. de Luigi Del Re. São Paulo: Rocco, 1988.

MENDES, Luiz Alberto. *Memórias de um sobrevivente*. Companhia de Bolso. São Paulo: 2009.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. *O direito à literatura*. In: LIMA, A. de *et al.* (Orgs). Recife: Universitária UFPE, 2012.

ROUXEL, Annie. *Práticas de leitura: como favorecer a expressão do sujeito leitor?* Trad. de Neide Luzia de Rezende e Gabriela Rodella de Oli-

veira. Cadernos de Pesquisa, v. 42, n. 145, p. 272-83, jan/abr. São Paulo, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico* [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SOARES, Magda. Letramento e Alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*, n. 25, Jan/Fev/Mar/Abr. 2004.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

TERRA, Márcia Regina. Letramento & letramentos: uma perspectiva sócio-cultural dos usos da escrita. *DELTA*, v. 29, n. 1, p. 29-58. São Paulo, 2013.